**LAICIDADE E PRÁTICAS RELIGIOSAS NO AMBIENTE ESCOLAR: um estudo de caso em Juazeiro/BA**

***Marcos Vinicius Cavalcante Dos Santos***[[1]](#footnote-1)

**Grupo de Trabalho (GT) :** 4 – Política, Laicidade e Ensino Público

**Resumo**

O estudo presente, investigou a presença de práticas religiosas em duas escolas de Juazeiro, Bahia, utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo examinou a frequência e o contexto das orações, a utilização de músicas religiosas e outras atividades de cunho religioso nas salas de aula. A fundamentação teórica baseou-se em Freire (1987), que destaca a importância de uma educação crítica e consciente, Rocha (2013), Cunha (2011), que argumentam pela necessidade de um ensino religioso que valorize a pluralidade cultural e religiosa sem promover proselitismo, entre outros autores. Os resultados mostraram que práticas religiosas eram comuns em ambas as escolas, muitas vezes de cunho evangélico, levantando questões sobre a laicidade e a inclusão. A imposição de práticas religiosas pode excluir alunos de diferentes crenças e comprometer o princípio constitucional da laicidade. A conclusão enfatiza a necessidade de políticas educacionais que promovam a laicidade e a inclusão.

**Palavras-chave:** Laicidade; Educação; Práticas Religiosas; Inclusão; Ensino Religioso.

**1 Introdução**

A laicidade na educação constitui um princípio inalienável para assegurar a equidade e a inclusão em ambientes educacionais. A Constituição Federal de 1988 garante a laicidade do Estado brasileiro, determinando que todas as instituições públicas, incluindo as escolas, operem sem a influência de práticas religiosas específicas. Este princípio é vital para a promoção de um ambiente educacional que valorize a diversidade cultural, religiosa, de gênero e social, permitindo que o conhecimento seja construído de maneira plural e inclusiva.

O uso de práticas religiosas específicas para a manutenção da disciplina nas escolas é um tema que exige análise criteriosa, especialmente no contexto educacional de Juazeiro, Bahia. Rocha (2013) observa que muitas instituições de ensino recorrem à fé e a rituais religiosos para promover silêncio nas escolas, evidenciando uma tendência preocupante de utilizar a religião como ferramenta de gestão comportamental dos alunos, o que pode comprometer tanto a laicidade quanto a inclusão no ambiente escolar.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Brasil é um Estado laico, implicando que a educação pública deve permanecer neutra em relação a qualquer doutrina religiosa. No entanto, o ensino religioso, mesmo sendo facultativo, é uma prática comum em muitas escolas públicas, o que levanta questões sobre os limites dessa prática. Rocha (2013) argumenta que o ensino religioso deveria enfocar a pluralidade cultural e religiosa como patrimônio da humanidade, em vez de promover proselitismo ou sectarismo. Esse enfoque permitiria aos alunos compreenderem a diversidade religiosa de maneira respeitosa e informada, sem que uma crença específica seja privilegiada.

A análise da laicidade no ambiente escolar, portanto, deve considerar a necessidade de preservar um espaço neutro que acolha a diversidade e promova a igualdade entre todos os estudantes. A educação deve ser um terreno fértil para o desenvolvimento de um pensamento crítico e inclusivo, sem a imposição de valores religiosos específicos que possam marginalizar aqueles que não compartilham das mesmas crenças.

**2 Fundamentação teórica**

A educação no Brasil, assim como em diversas outras nações, foi historicamente moldada pela influência da Igreja Católica, com a escola desempenhando o papel de um espaço destinado à formação de fiéis e mesmo após a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que formalizou a separação entre Estado e Igreja e instaurou a laicidade estatal, essa influência religiosa permaneceu profundamente enraizada nas práticas educacionais. Isso se manifestou não apenas pela inclusão do ensino religioso nos currículos escolares, mas também pela persistência de valores e símbolos religiosos no ambiente educacional.

Durante o período republicano, houve tentativas de a escola pública estabelecer uma moralidade que pudesse rivalizar com a da Igreja, a escola pública, laica, gratuita e obrigatória, não se posicionava como uma entidade antirreligiosa, mas buscava apresentar-se como uma alternativa moral que também moldasse a identidade dos jovens, a moralidade promovida por essa escola estava, de certo modo, ancorada nos valores religiosos, porém reinterpretada à luz do kantianismo filosófico, conferindo-lhe uma dimensão ética mais racional e universal (Dubet, 2011).

Mesmo diante das prescrições curriculares e das determinações jurídicas que preconizam a neutralidade religiosa no espaço público, a religiosidade continua a permear a prática docente de maneira sutil e, muitas vezes, invisível às discussões sobre a laicidade no Brasil. Essa influência religiosa, embora disfarçada, ainda está presente no cotidiano escolar, refletindo a complexidade do conceito de laicidade aplicado às escolas públicas brasileiras.

Vale ressaltar, que a noção de laicidade adotada pelo modelo republicano no Brasil, inspirado no paradigma francês, necessita ser reconsiderada à luz da realidade sincrética e plural da religiosidade nacional. O modelo de laicidade republicana, tal como concebido na França (Weill, 2006), pode não ser plenamente adequado a um país onde a religião continua a desempenhar um papel central na formação da identidade e dos valores dos indivíduos.

Enquanto a França, por seu compromisso com a laicidade, corresponderia à realização mais próxima do modelo da separação entre Estado e Igrejas, o Brasil ficaria na posição de um aprendiz pouco aplicado, uma vez que tendo abraçado o mesmo modelo jamais deixara de ser um país religioso (Giumbelli, 2002, p.54)

Em vez de adotar uma postura rígida e excludente em relação à religião, talvez seja necessário repensar como a escola pode lidar com a diversidade religiosa de maneira que respeite tanto a laicidade quanto a identidade cultural dos alunos. Freire (1987) enfatiza a importância fundamental da educação na formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de atuar de maneira responsável e ética na sociedade.

Esta perspectiva é crucial para a discussão sobre o ensino religioso, pois ambos os contextos sublinham a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de informações, buscando formar cidadãos que compreendam e reflitam sobre questões éticas, culturais e sociais. No âmbito do ensino religioso, o objetivo frequentemente reside em promover a compreensão e o respeito pelas diversas crenças e valores, além de fomentar a reflexão crítica sobre a espiritualidade e a moralidade.

De forma semelhante, Freire (1987) destaca que a educação deve cultivar virtudes e habilidades éticas, respeitando a diversidade de experiências e origens dos alunos, e promovendo uma visão crítica e participativa da vida social. A educação deve ser um processo integrador, que valorize a formação completa do indivíduo, abrangendo aspectos morais e éticos, e promovendo a capacidade de análise crítica e autonomia, conduzindo, assim, à emancipação.

Para alcançar essa emancipação, é imperativo que a escola mantenha-se laica. O conhecimento, por sua natureza, é produzido coletivamente, através da interação entre estudantes e professores. A interferência religiosa pode distorcer essa construção coletiva, impondo valores e dogmas que não são universais. A laicidade na educação, portanto, não implica a negação da religião, mas sim a separação entre religião e educação formal, garantindo que todos os estudantes possam aprender em um ambiente neutro e inclusivo.

Dentro da escola, espaço de relações multidimensionais e plurais, não é nem pode ser diferente de outros espaços públicos: deve primar na laicidade. Rezar a ave-maria tem o seu valor em uma religiosidade, já em outras não tem sentido. Dizer “vamos rezar” ou “orar” têm um valor para uns e para outros pouco ou nenhum significado. Dito de outro modo, qualquer expressão religiosa e de fé doutrinária em repartições públicas não são viáveis na medida em que cada sujeito possui a sua fé ou mesmo não seja adepta a nenhuma tendência e não tenha a crença em algum sistema religioso (Rocha, 2013, pág. 9).

A implementação da laicidade nas instituições educacionais enfrenta desafios consideráveis, particularmente em contextos onde as crenças religiosas são profundamente enraizadas. A imposição de práticas religiosas em um ambiente público como a escola pode resultar na exclusão de alunos que não compartilham das mesmas convicções. Rocha (2013) e Cunha (2011) sublinham que a prática de orações e cânticos religiosos específicos pode causar traumas e exclusão entre os estudantes.

A abordagem da diversidade religiosa como um patrimônio cultural, conforme proposta por Rocha (2013), oferece uma via promissora para a inclusão e o respeito mútuo. A laicidade deve transcender um princípio meramente teórico, devendo ser incorporada nas práticas cotidianas das instituições escolares. Como discutido por Cunha (2011), a história da educação brasileira evidencia uma tensão constante entre confessionalismo e laicidade. O compromisso com a laicidade exige que gestores e educadores evitem práticas que privilegiem uma religião específica, promovendo uma abordagem educacional inclusiva e respeitosa de todas as crenças.

Esta visão da laicidade assegura que a educação pública seja um espaço neutro, onde o respeito à diversidade religiosa e a inclusão são primordiais. Tal perspectiva requer uma conscientização contínua e a implementação de políticas educacionais que reflitam esses valores nas práticas diárias das escolas, assegurando um ambiente de aprendizagem equitativo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de suas crenças pessoais.

A religiosidade, embora frequentemente velada ou não explicitamente reconhecida, continua a exercer uma influência significativa na formação escolar, o que suscita importantes questões sobre a forma como as escolas públicas no Brasil devem abordar essa realidade. É imperativo que se assegure o respeito ao princípio da laicidade, ao mesmo tempo em que se reconhece e valoriza a diversidade religiosa que caracteriza a sociedade brasileira. Para tanto, torna-se necessário um debate mais aprofundado sobre a intersecção entre educação e religião, que considere as especificidades culturais e históricas do Brasil, em vez de meramente importar modelos de laicidade de outros contextos. Tal debate deve promover uma reflexão crítica sobre a adequação dos paradigmas laicos tradicionais às complexidades da religiosidade nacional, de modo a garantir uma abordagem educacional que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e coerente com os princípios constitucionais.

**3 Metodologia**

A pesquisa, que ocorreu em 2024, se trata de um estudo de caso conduzido em duas instituições escolares de Juazeiro, Bahia – uma pública e outra particular – investigou-se a presença de práticas religiosas no ambiente educacional. Este estudo empregou um questionário aplicado aos professores, com o objetivo de identificar se, e de que maneira, as práticas religiosas estavam sendo incorporadas no cotidiano escolar.

Adotando uma abordagem qualitativa, empregando questionários estruturados como principal instrumento de coleta de dados. Estes questionários incluíam indagações específicas acerca das práticas religiosas implementadas nas escolas e nas salas de aula. Os itens abordavam questões como a frequência e o contexto das orações, a utilização de músicas com caráter religioso e outras atividades de cunho religioso que ocorriam durante o período escolar. A análise dos dados foi realizada mediante a categorização das respostas, permitindo identificar padrões e tendências nas práticas pedagógicas dos docentes.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com as normas éticas aplicáveis a estudos envolvendo seres humanos. Especificamente, não foram solicitados dados pessoais ou de localidade dos participantes, e os nomes das escolas foram omitidos no trabalho por razões éticas, garantindo assim a confidencialidade e o anonimato dos envolvidos.

Esta metodologia, ao preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa e ao aderir rigorosamente aos princípios éticos, assegura a integridade dos dados coletados e a validade das conclusões extraídas.

**4 Resultados e Discussão**

Os resultados da pesquisa revelaram que, em ambas as escolas, uma maioria significativa de professores incorporava práticas religiosas em suas rotinas. Durante os momentos de acolhida e em diversos outros momentos ao longo do dia escolar, era comum a realização de orações com os alunos. Além disso, muitas dessas orações eram de cunho evangélico, e frequentemente músicas religiosas eram cantadas nas salas de aula.

Um ponto crucial na discussão é a formação dos docentes responsáveis pelo ensino religioso. Rocha (2013) questiona se esses professores estão preparados para abordar a religiosidade de forma pluralista e pedagógica, sem recorrer ao dogmatismo. Em Juazeiro/BA, é importante avaliar como os professores estão sendo capacitados para lidar com a diversidade religiosa nas salas de aula e como as práticas pedagógicas refletem esse preparo.

Essas práticas levantam importantes questões sobre a laicidade na educação. A inserção de elementos religiosos em um espaço que deve ser neutro pode levar à exclusão de alunos que não compartilham da mesma fé, além de violar o princípio constitucional da laicidade. Quando professores utilizam sua posição de autoridade para promover práticas religiosas, eles podem, intencionalmente ou não, impor uma visão de mundo particular que não é representativa da diversidade presente na escola.

Este cenário chama a atenção para a necessidade de uma formação continuada para os educadores sobre a importância da laicidade e os direitos humanos. É fundamental que gestores e professores compreendam que a escola deve ser um espaço onde todas as crenças sejam respeitadas, mas onde nenhuma crença específica deva ser promovida em detrimento das outras. A promoção de uma educação que valorize a pluralidade e a diversidade deve ser uma prioridade.

A luta pela escola laica continua sendo um desafio. A análise crítica do ensino religioso nas escolas públicas e/ou privadas, nos leva a refletir sobre como a educação pode ser um espaço de promoção da diversidade e do respeito mútuo. Adotar uma abordagem pluralista e laica é fundamental para garantir que a escola cumpra seu papel de formar cidadãos críticos e inclusivos.

**5 Considerações Finais**

A manutenção da laicidade no ambiente escolar é uma tarefa desafiadora, especialmente em contextos onde a religiosidade é uma parte significativa da cultura local. No entanto, é uma responsabilidade crucial para garantir que a educação cumpra seu papel emancipador. A separação entre Estado e religião, como previsto na Constituição, deve ser rigorosamente observada para proteger os direitos de todos os alunos e criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e igualitário.

A pesquisa realizada nas escolas de Juazeiro/BA destaca a importância de vigilância e ação contínua para assegurar a laicidade na educação. Ao refletirmos sobre os resultados, fica claro que a implementação de políticas educacionais que promovam a neutralidade religiosa é essencial. As escolas devem ser locais onde o respeito à diversidade e o combate à intolerância sejam praticados diariamente, assegurando que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, independentemente de suas crenças pessoais.

Em Juazeiro/BA, a implementação de políticas educacionais que respeitem a diversidade religiosa e promovam a inclusão é essencial. Isso envolve desde a revisão dos currículos escolares até a formação contínua de professores, para garantir que todos os alunos se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de suas crenças religiosas.

**Referências**

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.1988.

CUNHA, Luiz Antônio. *Confessionalismo versus laicidade na educação*

*brasileira*: Ontem e Hoje.VisoniLatinoamericane (Trieste), Ano III, N. 4, Jan., 2011.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 289-305, maio/ago. 2011.

Giumbelli, Emerson. *O fim da religião*: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROCHA, Cristino Cesário. *Contribuição para a Conferência Distrital de Educação*: O

Estado Laico. Brasília, 2013.

WEILL, Georges. Historia de la idea laica en Francia en el siglo XIX Sevilla: *Comunicación Social*, 2006

1. Graduando de Licenciatura em Pedagogia pela UNEB. Membro dos Grupos de Pesquisa: Polifonia (UNEB) e Educere (UNEB). Contato: marcosviniciusc750@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)